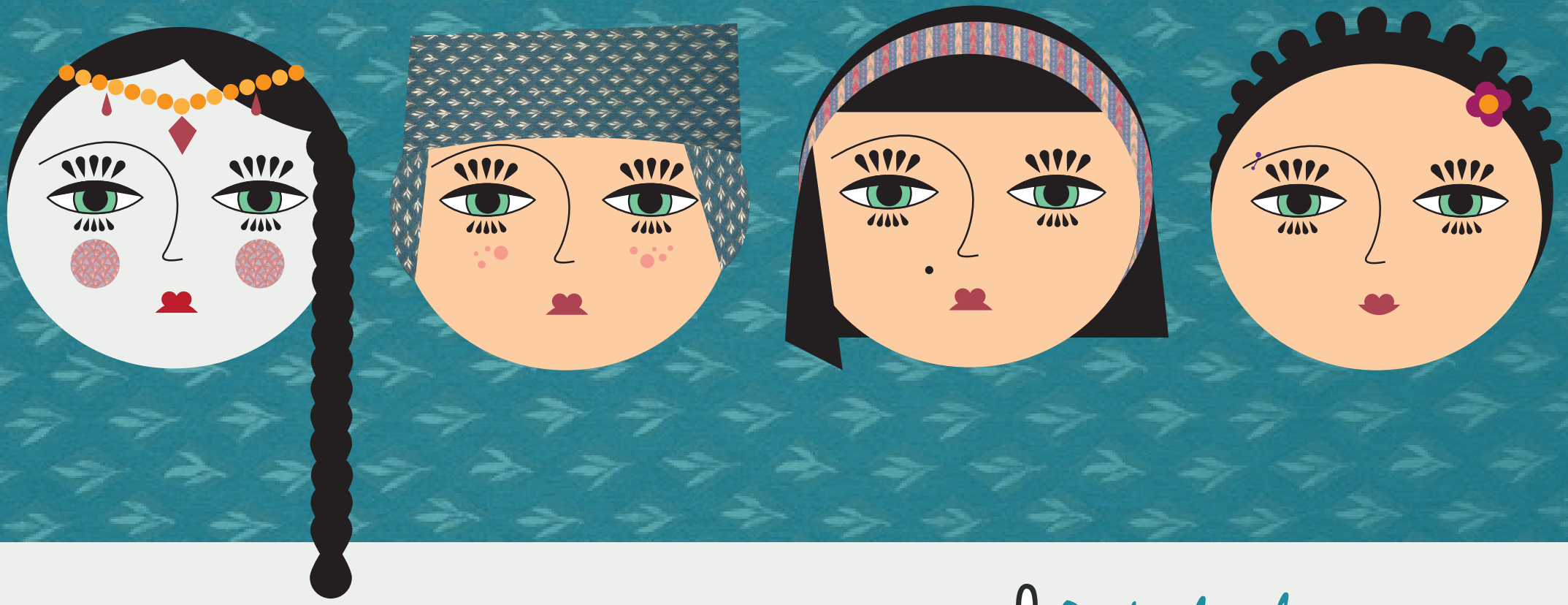
Consegues ouvir a voz da Maria Ofélia?



Poder local. eu conheço. eu participo

Município Palmela

Estar e Participar são ações diferentes. Estar não pressupõe uma voz, apenas uma presença.
Participar implica **expressar a nossa opinião** sobre todos os assuntos que achemos importantes.
Podemos fazê-lo **oralmente, escrevendo, desenhando, através de gestos...** E, ao fazê-lo,
precisamos que alguém nos escute, tome atenção, mesmo que não concorde com as nossas ideias.

Desta forma, contribuímos para que o mundo que estamos a construir seja mais do que um conjunto de silêncios.

Nesta história, Maria Ofélia vive em várias épocas do nosso país, até chegar à nossa Palmela de hoje.
Ao longo deste percurso, tornou-se mais forte, pois foi **acreditando no poder da sua voz**.

Hoje, Maria Ofélia convida todos os que a leem, grandes ou pequenos, a acreditarem, também,
no som das suas próprias vozes.

Há muito, muito tempo atrás, no tempo de reis e rainhas, príncipes e princesas, ainda não existia Portugal como o conhecemos agora. Maria Ofélia tinha dificuldade em olhar o mapa e situar-se nele. As fronteiras não estavam ainda definidas e oscilavam em função das guerras travadas, à medida que expandíamos os nossos desejos de sermos maiores! A sul, as terras pertenciam aos Mouros - um povo do norte de África que, a partir do séc. VIII, invadiu a Península Ibérica na tentativa de conquistar o território, fazendo-o seu.

Os Mouros tinham intenção de difundir a religião islâmica pelo mundo. Estávamos na Idade Média, também conhecida por época medieval (do séc. V ao séc. XV).



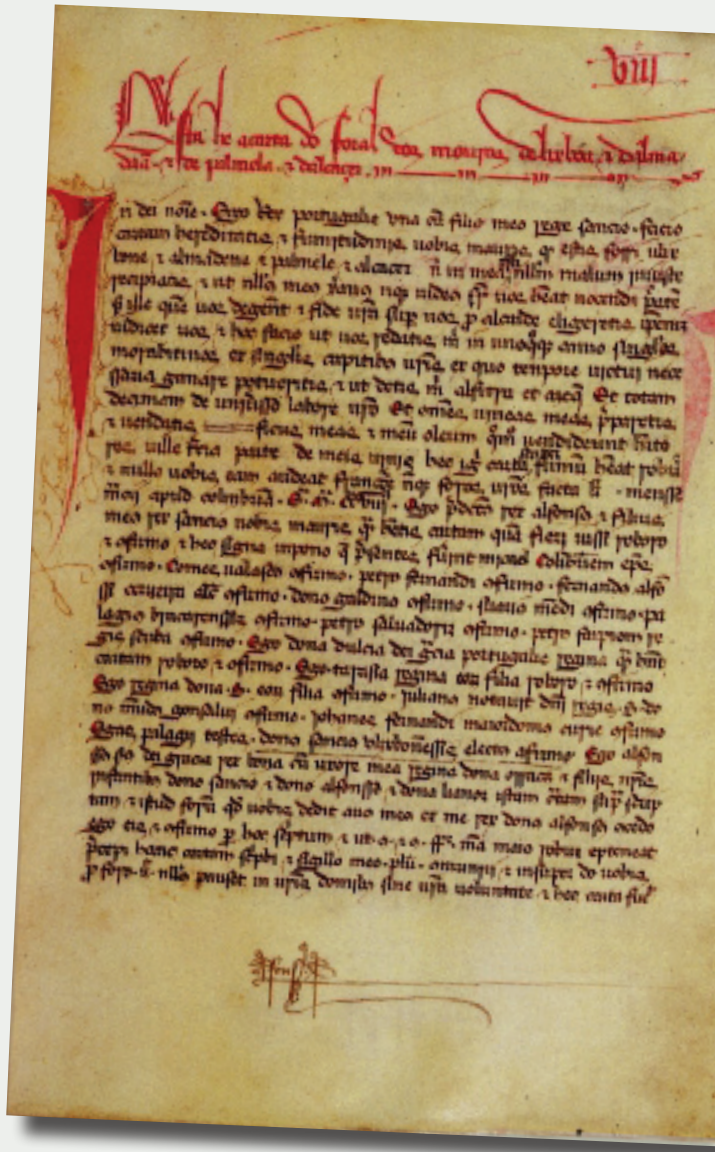
Nesta época, viveram-se períodos agitados com lutas, conquistas e reconquistas sucessivas. Maria Ofélia tinha medo. Tinha medo da guerra. Mas não tinha a quem dizê-lo. Os reis e cavaleiros passavam por ela a galope de velozes cavalos, e nem davam conta da sua presença. Ela ficava a ver a grande nuvem de poeira que se acumulava à sua frente.

Um dia, à medida que a poeira se dissipava, Maria Ofélia foi percorrendo esses novos caminhos a descoberto. Caminhou, passou rios e montes, chegou a Palmela. Precisamente no ano em que D. Afonso Henriques, 1.º Rei de Portugal (de 1139 a 1185), conseguiu reconquistar esta terra aumentando o território do reino de Portugal. Estávamos em 1147 (séc. XII).

Aqui ficou. Gostou da paisagem que se refletia no espelho do mar, ao longe. Gostou das pessoas que tão bem a acolheram. Gostou das maçãs, das uvas, e dos figos que cresciam na terra. Gostou das lendas das Mouras encantadas.

De quando em vez, ainda se travavam lutas entre os cristãos e os mouros pelo domínio do território. Mas quando o território finalmente se pacificou, D. Afonso Henriques concedeu aos mouros forros de Palmela, Lisboa, Almada e Alcácer uma carta de Foral (1170).

Através desta carta, os mouros ficaram sob proteção do rei contra as injustiças praticadas por cristãos e judeus, depois da reconquista cristã. A carta de Foral determinava igualmente que os muçulmanos estavam obrigados a cumprir o pagamento de tributos ao rei (uma espécie de impostos), e a desempenhar alguns trabalhos agrícolas (adubo de vinhas, venda de figos e de azeite).







A carta de Foral era um documento real de grande importância que estabelecia os limites dos municípios, determinando a sua autonomia e, neste caso específico, expressava a intenção de restaurar e povoar Palmela. Para além de determinar os limites do município, o Foral regulava também as formas de fixação da população, as áreas cultivadas, os terrenos públicos, os direitos e os deveres dos habitantes.

Maria Ofélia concordou com o Rei, mas não tinha a quem dizê-lo. A sua voz era uma nota quase sumida. Um ligeiro som que se confundia com o zumbido das abelhas que voavam entre a vegetação da serra da Arrábida. Na verdade ela tinha muitos amigos e com eles falava todos os dias. Mas não era a mesma coisa... O som da sua voz perdia-se cada vez que tentava dar a sua opinião sobre outros assuntos que iam para além dos acontecimentos banais do dia-a-dia.

No ano de 1185, D. Afonso Henriques, juntamente com o seu filho D. Sancho, o *Povoador*, 2.º rei de Portugal (de 1185 a 1211), concedeu o 1.º Foral aos habitantes de Palmela, criando o concelho.

Porque existiam muitas terras devastadas pela guerra, onde poucas pessoas viviam, subsistia a possibilidade dos mouros regressarem e voltarem a ocupá-las. Deste modo, ao organizar e dividir o território em pequenas parcelas, e pedindo às pessoas que lá habitavam que tomassem conta dessa terra, asseguravam que Portugal se mantivesse unido frente a futuras tentativas de invasão.

Maria Ofélia não leu a carta de Foral. Não leu porque não sabia ler. E porque não sabia ler não entendia o que lá estava escrito. Naquela altura poucas pessoas podiam ir à escola. Como não aprendiam, sentiam-se incapazes de dar opinião sobre estes assuntos importantes. E embora Maria Ofélia soubesse algumas das coisas que lá estavam escritas, porque ouvia as pessoas comentarem nas ruas, continuava a achar que a sua opinião era pouco relevante e que, sem dúvida alguma, haveria outras pessoas muito mais capazes, com coisas muito mais importantes para dizer. E, assim, ficava em silêncio.

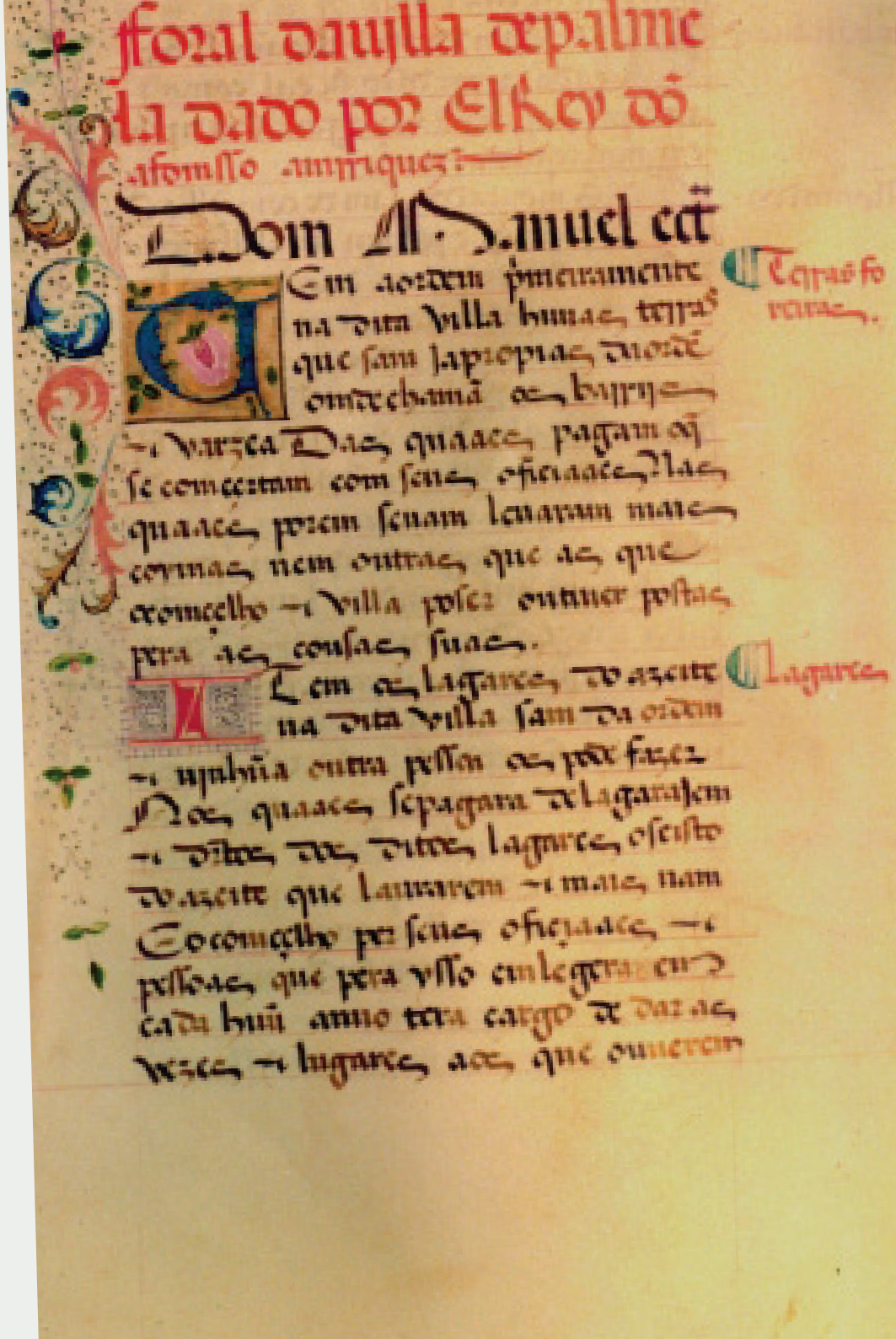
Em 1323 D. Dinis, Rei de Portugal (de 1279 a 1325), eleva Palmela à categoria de vila.

No século XV, foi instalada no castelo a sede da Ordem Militar de Santiago de Espada, que marcou um período de grande prosperidade na história do concelho.
Os cavaleiros da Ordem eram os proprietários de grande parte das terras que compõem a paisagem que hoje se avista do castelo. Por esse motivo tinham o poder, a par do rei, de governar o território e as pessoas que lá habitavam.

D. Manuel, Rei de Portugal (de 1495 a 1521), atribuiu novo Foral a Palmela em 1512, o "Foral Novo". Neste documento apresentava alguns privilégios da Ordem de Santiago, assim como os direitos e deveres dos moradores do concelho.

O Foral estava diretamente relacionado com o Pelourinho. As povoações que recebiam os Forais erguiam um pelourinho na praça mais importante da vila, como símbolo de autonomia, autoridade e liberdade dessa terra.







Praça Duque de Palmela. O Pelourinho data de 1645.

Em cada terra existia um Conselho (assembleia / plenário) que reunia uma série de pessoas com a missão de pensar e regular as regras de convivência comum.
Os pelourinhos eram utilizados para dar a conhecer, a todas as pessoas, as informações importantes da terra, assim como eram utilizados para prender e castigar criminosos que se encontravam a cumprir penas e que, ficando à vista de todos, serviam de exemplo para que outras pessoas não cometessem os mesmos crimes.

Porque a maior parte do povo não sabia ler, existiam pessoas que liam em voz alta as notícias afixadas no pelourinho. Assim, todos ficavam a saber, embora não lhes fosse pedida opinião. E a voz de Maria Ofélia continuava a ser apenas um murmúrio, semelhante ao som das ondas do mar que, nas noites quentes de verão, se ouvem ao longe bater nas encostas da serra.
Depois desta época histórica de grande desenvolvimento, o poder de Palmela entrou em declínio, situação que se agravou após a extinção da Ordem de Santiago, em 1834 (século XIX).

Este período levou a que lhe fosse retirada a autonomia, a 24 de outubro de 1855, tendo passado a integrar o concelho de Setúbal.

Vivia-se em Portugal uma época de intensa luta política. Algumas pessoas queriam que o País se mantivesse uma monarquia, outros queriam que Portugal se tornasse um país sem reis, e com a eleição, por parte do povo, de um chefe de Estado: queriam uma República.

No dia 1 de fevereiro de 1908, o Rei de Portugal, D. Carlos I (1889 - 1908), e o seu filho mais velho, Príncipe Real D. Luís Filipe, foram assassinados em Lisboa. Sucedeu a D. Carlos o seu filho mais novo, D. Manuel II, que se tornou no trigésimo quinto e último rei de Portugal (1908 a 1910).

A 5 de outubro de 1910 foi criado o sistema político conhecido por Primeira República Portuguesa. Mas, durante os anos em que durou a 1ª República, o país travou uma luta política difícil, porque muitos queriam ir para o poder, e poucos queriam que o povo pudesse escolher quem ficaria à frente da direção do país. Foi um período muito conturbado que durou até 1926.

Em Palmela, a população estava descontente com a perda de autonomia e mostrava a sua insatisfação organizando-se para escrever pedidos ao governo de modo a que voltasse a tornar-se um concelho autónomo. O esforço e persistência deste grupo de pessoas, que sempre acreditaram que poderiam, através da sua voz, mudar o erro que havia sido cometido, resultou na Restauração do Concelho, em novembro de 1926. Este momento foi celebrado com uma grande festa onde participaram Bandas e Coros das Associações da vila, no largo do Pelourinho.

Maria Ofélia também lá estava. Começou nesse dia a acreditar ao ver a alegria das pessoas, sabendo que era resultado da voz que, unida, se tinha feito ouvir no governo em Lisboa.



Em 1928, para ajudar na sua organização, o concelho de Palmela foi dividido em territórios mais pequenos e são criadas mais duas freguesias, para além das já existentes (Palmela e Marateca): Pinhal Novo e Quinta do Anjo.

Portugal, desde 1926, vivia em Ditadura - um regime político conhecido por Estado Novo - após uma revolução militar. Apesar do país ter deixado de ser governado pelos reis, e de se ter tornado uma República, manteve uma forma de governo restrita a algumas pessoas, e o povo continuava a ser impedido de intervir. Não tinha voz.

Vivemos 48 anos em ditadura!

Durante parte desse tempo, Maria Ofélia foi de novo perdendo a capacidade de acreditar. A voz era apenas um sussurro, incompreensível, como que gritada para um buraco sem fundo.

Ela via coisas impossíveis de imaginar. Pessoas que eram presas porque se juntavam na rua ou em cafés. Pessoas que eram presas porque se reuniam em casa – eram proibidas todas e quaisquer reuniões portas adentro. Milhares de jovens enviados para a guerra que se combatia lá longe, onde a vista não alcança. Lápis azuis que censuravam, ao riscar notícias antes de serem impressas no jornal, riscar peças de teatro antes de serem apresentadas ao público, riscar as fitas dos filmes antes de serem projetados, riscar as letras das músicas antes de serem cantadas. Estes atos de censura tornavam a população muda. Alguns não aguentaram essa forma de viver e emigraram ou pediram exílio a outros países.

Tudo era decidido pelo Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar (de 1932 a 1968) e, mais tarde, por Marcello Caetano, último presidente do Conselho no Estado Novo (de 1968 a 1974). Achavam que, para fazer um país forte, tinham que controlar tudo e todos.





Por todo o lado se viam cartazes de propaganda do regime, que tinham como objetivo controlar o pensamento e as acções de todas as pessoas.

Se Maria Ofélia não cumprisse exatamente as regras que definiam, também ela poderia ser presa.

Quando começou a frequentar a escola, a sua sala era só de meninas. Os meninos tinham aulas numa sala separada. Não podiam estar juntos, meninos e meninas. Os livros da 1ª classe tinham os textos que Salazar queria que as crianças lessem, para que aprendessem a pensar como ele: «Na família o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; no Estado, o chefe é o governo.»

Os homens eram os chefes de família. Tinham o poder de decidir se as suas mulheres poderiam trabalhar, estudar, ou até viajar. Maria Ofélia não podia vestir calças. Não era permitido.

Mas os sentimentos palpitam no corpo. As emoções, embora não se oiçam, sentem-se. Sempre.

E Maria Ofélia tinha medo de ser presa. Tinha medo, mas também sentia revolta pelas injustiças que via. E ouvia, quase em surdina, o som murmurado dos segredos passados de uns para os outros. Segredos que foram tomando a forma de canções, e que, cantados, ecoavam nos corações aprisionados pela ditadura.





Foi no dia 24 de Abril de 1974 que uma dessas canções acordou toda uma nação e deu o sinal de partida para a Revolução de Abril. Iniciada pelos militares, rapidamente se tornou a Revolução do Povo que, de cravos na mão, ocupou as ruas gritando, alto e em bom som:

«O Povo, Unido, jamais será vencido!»

liberdade liberdade liberdade liberdade liberdade

E o som do silêncio foi sobreposto pelo som da voz de milhares de portugueses. Maria Ofélia gritava, feliz. Chorava, feliz. Maria Ofélia ganhou voz!

Passou a acreditar no poder da voz. Não apenas na sua, mas na voz do povo português!

Surge, então, o **Poder Local** constituído por **Municípios** e **Freguesias**, administrados pelas **Câmaras Municipais** e **Juntas de Freguesia**. Em Palmela, tal como nos restantes concelhos do país, a população elegeu, nas primeiras eleições livres de 1976, homens e mulheres que acreditavam serem capazes de gerir as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia.

Edgar Costa foi o primeiro Presidente da Câmara Municipal de Palmela, eleito democraticamente. Além do Presidente da Câmara, foram eleitas outras pessoas para exercerem funções nos outros órgãos do Poder Local Democrático: a Assembleia Municipal, as Juntas de Freguesia e as Assembleias de Freguesia.

Hoje, vivemos num regime político denominado **Democracia Representativa.** De quatro em quatro anos elegemos quem consideramos capaz de nos representar, após as suas propostas serem apresentadas durante as **campanhas eleitorais**.

Maria Ofélia quer dar corpo à sua voz, e por isso participa junto dos que se candidatam à responsabilidade de gerir o território, apoiando aquele com o qual concorda. Participa em debates onde várias opiniões se confrontam; participa em diferentes locais onde expressa a sua opinião: na rua, nas coletividades, na imprensa.

Hoje, no dia em que se realizam eleições, é importante que todos se organizem e exerçam esse direito. Afinal, também a liberdade traz a responsabilidade de, em consciência, transmitir a nossa opinião através do **voto**; votamos nas pessoas que têm um projeto - para gerir e desenvolver o território onde vivemos - com o qual concordamos.



O mesmo se passa na organização de sociedades recreativas e desportivas, associações culturais, comissões de festas... São apresentadas as listas dos candidatos, para que, através de votação, seja escolhida a equipa que irá gerir o projeto.



Também na escola e nos agrupamentos o poder está organizado deste modo: uma direção, um conselho pedagógico, um conselho geral, delegados e subdelegados de turma, associações de estudantes. Todos estes grupos representam alguém.

O Município de Palmela quis chegar ainda mais longe e criou vários projetos que têm como objetivo estar mais perto da população, escutando-a: a isto se chama **Democracia Participativa**.

O Orçamento Participativo é o exemplo mais conhecido: dá a possibilidade a que cidadão individual, ou em representação de um grupo, possa falar diretamente com o Executivo da Câmara e das Juntas de Freguesia, apresentando propostas que visam ajudar o Poder Local a tomar decisões para o desenvolvimento do território.

E,hoje, por causa do seu esforço e capacidade de acreditar, Maria Ofélia, tal como tu, tem uma voz. Todos podemos votar, expressar livremente a opinião sobre qualquer assunto, reunirmo-nos com amigos, criarmos associações. Os direitos à liberdade de expressão e de reunião estão consagrados na Lei fundamental do nosso país - a Constituição!

Maria Ofélia já não se deixa intimidar pelos galopes de cavalo, pelos castigos no Pelourinho, pelos lápis azuis. Hoje, Maria Ofélia sabe que tem uma voz. Sabe que a voz tem projeção, eco. Sabe que a sua opinião conta, e que deve expressá-la sempre que considera necessário.

O concelho de Palmela, tal como o mundo, é de todos os que o habitam. Maria Ofélia, tal como tu, faz parte dele, e quer contribuir para a construção permanente de um futuro melhor. Um futuro onde todos temos, e acreditamos, na nossa voz.



Poder local. eu conheço.

eu participo

Para saber mais

1. Atualmente, o município de Palmela abrange uma área de 460 km2, dividido por pequenos territórios chamadas freguesias, onde vivem mais de 60 000 habitantes. Esta divisão do território tem sofrido algumas alterações ao longo do tempo.
Em 1928 foram criadas quatro freguesias: Palmela; Pinhal Novo, Quinta do Anjo e S. Pedro da Marateca.
Em 1988 é criada outra freguesia – Poceirão, ficando a existir 5 pequenos territórios: Palmela; Pinhal Novo, Poceirão, Quinta do Anjo e S. Pedro da Marateca.
Em 2013, o território volta a ser reduzido a 4 freguesias: Palmela; Pinhal Novo, Quinta do Anjo e União de Freguesias de Poceirão e Marateca.

2. Vivemos numa **Democracia Representativa** na qual, de quatro em quatro anos, elegemos os nossos representantes.

3. **Por que votamos?** Porque serão essas pessoas que irão decidir o que fazer para gerir e desenvolver o território. Cada um tem uma tarefa para esse objetivo comum.

4. A **Câmara Municipa**l tem o poder executivo. Este órgão pensa o que se deve fazer para desenvolver o território e as áreas onde atua são várias: água, ambiente, higiene urbana, património cultural, cultura, desporto, bibliotecas, educação, juventude, ação social, proteção civil, planeamento e gestão urbanística, turismo, comunicação, gestão das finanças locais.

5. A **Assembleia Municipal** tem o poder deliberativo, acompanhando e fiscalizando a ação da Câmara.

6. E o que se passa nas **Freguesias**? Bem, estes pequenos territórios também se organizam como o município. Têm uma Assembleia onde se apresentam, discutem e decidem todos os assuntos de interesse da freguesia e têm uma Junta, a qual é responsável por pôr em prática as decisões da Assembleia. Na Assembleia são apresentados e discutidos todos os assuntos de interesse da freguesia e na Junta executam-se todas as ações da sua competência, importantes para o desenvolvimento do território.

7. **Democracia Participativa:**
a. Em torno de projetos de parcerias, a autarquia partilha formas, ideias e materiais para responder às necessidades que vão sendo detetadas. Falamos, por exemplo, de projetos realizados em conjunto com grupos de jovens, atividades culturais com associações locais, com escolas: escolas rurais...

b. São criados os **Conselhos Municipais e/ou Comissões** que têm poder consultivo, dando opiniões sobre diversos assuntos, auxiliando a Câmara na tomada de decisão. São disso exemplos, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Local de Ação Social....

Ficha técnica
Edição: Câmara Municipal de Palmela
Gabinete de Participação e Serviço Educativo do Museu Municipal
Coordenação: Maria Teresa Rosendo
Texto: Cristina Correia e Teresa Sampaio
Grafismo: Filipa Moura
Código de edição: CMP/DC-22/13
ISBN: 978-972-8497-64-4



Município
Palmela